

Stela Nazareth Meneghel
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Olga Farina
ONG ASPA – Apoio, Solidariedade e Prevenção à Aids

Silvia Regina Ramão
ONG Maria Mulher

Histórias de resistência de mulheres negras

Resumo: Esta é uma pesquisa intervenção na qual foram usadas oficinas de narrativas de histórias como dispositivo para estimular o empoderamento de mulheres. Essas oficinas, que contaram com a participação de dez mulheres em situação de violência de gênero, foram realizadas na sede da organização não-governamental Maria Mulher, situada na Vila Cruzeiro do Sul, no município de Porto Alegre. A partir de oficinas de narrativas de histórias em que se tematizaram histórias do feminino, especialmente afro-brasileiras, a pesquisa teve como objetivo principal compreender o que acontece com as mulheres que sofreram ou sofrem violência. Realizadas em cinco encontros nos quais as mulheres contaram e ouviram histórias e participaram de vivências, as oficinas oportunizaram espaço para narrar, ouvir e ritualizar as histórias das orixás e ressignificar as vidas a partir dessas vivências. Essa intervenção operou com as subjetividades das mulheres que fizeram parte da pesquisa e mostrou-se capaz de fortalecer algumas delas. A experiência constituiu um dispositivo de estímulo ao empoderamento das mulheres e contribuiu para o resgate da memória individual e coletiva desse grupo.

Palavras-chave: violência de gênero, narrativas, empoderamento.

Copyright © 2005 by Revista Estudos Feministas

Introdução – histórias de mulheres

Os estudos sobre gênero efetuados nas décadas de 1970 e 1980 permitiram acrescentar novos temas aos então chamados estudos sobre a mulher e alargar os modos convencionais de fazer ciência, abrindo espaço às experiências pessoais e subjetivas das mulheres. Nessa construção, gênero foi desenvolvido como uma categoria de análise, do mesmo modo que classe social e raça, os três eixos de organização do poder na sociedade.¹

¹ Joan SCOTT, 1990.

Historicamente o conceito de gênero foi utilizado em pelo menos três posições teóricas: a primeira delas, eminentemente feminista, atribuiu as desigualdades entre homens e mulheres ao sistema de dominação patriarcal; a segunda corrente aproximou-se do pensamento marxista, enquanto que o terceiro grupo, pós-estruturalista, inspirou-se na psicanálise.

A concepção pós-estruturalista superou a noção de papéis sociais femininos e masculinos e os esquemas binários que eles pressupõem, avançando para um entendimento que compreende gênero como constituinte da identidade, assim como classe e raça/etnia. A lógica dicotômica atribui à relação entre feminino e masculino uma oposição entre um pólo dominante e um pólo dominado. O desconstrutivismo rompeu com essa idéia de relação de mão única e constatou que o poder se exerce em várias direções. Esse poder pode fraturar e dividir os termos de cada oposição, ou seja, os sujeitos que constituem a dicotomia não são apenas homens e mulheres, mas homens e mulheres de diferentes raças, classes, religiões e idades.² O poder não é um objeto que se possa possuir; o que existe são práticas, relações de poder, que atravessam os sujeitos, constituem relações e, principalmente, produzem discursos e subjetividades.³

Nos anos 80 do século XX, a violência contra a mulher torna-se um problema de saúde pública, reconhecido tanto pelo movimento feminista quanto por associações profissionais, serviços de saúde e organizações internacionais. Esse direcionamento ocorreu a partir da constatação de que a violência de gênero está associada a uma freqüência maior de agravos da saúde física e mental, além do trauma físico direto e do uso mais freqüente dos serviços de saúde. A introdução desse tema na saúde encerra novos dilemas, decorrentes das conseqüências práticas da medicalização, ou seja, a tendência dos profissionais de saúde de tratarem a violência apenas do ponto de vista biomédico.⁴ Violência de gênero contra a mulher tem sido considerada qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado.⁵ Independentemente do tipo de violência praticada contra as mulheres, ela tem como base comum as desigualdades que predominam na sociedade.⁶

A realidade socioeconômica brasileira evidencia uma escala racial em que grande parcela da população negra permanece em situação de exclusão,⁷ e essa situação em relação à mulher negra, como havia sido evidenciado pelas feministas, ao mostrar o entrelaçamento entre gênero, classe social e raça/etnia, agudiza-se ainda

² Guacira Lopes LOURO, 1997.

³ Daniela COULORIS, 2004.

⁴ Lori HEISE, 1994; e Ana Flávia D'OLIVEIRA e Lilia SCHRAIBER, 1999.

⁵ CLADEN, 2000.

⁶ OMS, 2003; e SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2003.

⁷ Conceição CHAGAS, 1996; e Maria Aparecida BENTO e Ilay CARONE, 2002.

mais, ou seja, para as mulheres negras as desigualdades são potencializadas pelas discriminações que elas sofrem, restringindo-lhes as possibilidades de inclusão social. A ausência de recorte racial na análise do tema da violência, assim como em relação a outros agravos, tem dificultado a identificação das desigualdades a que estão expostas as mulheres negras. Autores/as, principalmente os/as de grupos de feministas negras, começam a mostrar que há um agravamento das violências quando a mulher é negra, ocasionadas pelo racismo que gera outras violências adicionais. Tem sido observada uma vulnerabilidade maior da população negra no que diz respeito a agravos crônicos e menor expectativa de vida, com escores menores no índice de desenvolvimento de gênero que mede desigualdades entre homens e mulheres.⁸ A noção de raça como concepção cultural, construída histórica e socialmente e fundamentada em uma dimensão subjetiva, é útil quando se afasta do paradigma biológico que atribui a determinantes genéticos as diferenças entre grupos étnico-raciais.⁹

⁸ Sueli CARNEIRO, 2003.

⁹ Simone MONTEIRO, 2004; e José Carlos dos ANJOS, 2004.

Atualmente, muitos grupos e coletivos feministas atuam com o foco temático em gênero e violência, embora existam poucas organizações trabalhando especificamente com violência em relação a mulheres negras. A invisibilidade da experiência das mulheres negras na produção do conhecimento no Brasil tem acarretado repercussões negativas no campo da saúde.

Uma contribuição importante do movimento feminista foi a de construir coletivos para o enfrentamento à violência contra as mulheres. Dentre essas estratégias, resalta-se a organização de grupos de reflexão, também denominados “grupos de mulheres”, espaços de discussão nos quais as mulheres questionavam aspectos da ideologia patriarcal como os estereótipos de gênero, já que os papéis diferenciados de gênero transversalizam a sociedade, porém são invisibilizados dentro da própria cultura.¹⁰

¹⁰ Pierre BOURDIEU, 2002.

Alguns grupos de mulheres trabalham com o conceito de gênero como uma construção cultural, outros o interpretam como estrutura simbólica a partir da psicanálise e poder-se-ia, ainda, mencionar os autores que utilizam a abordagem construcionista na busca da superação da dicotomia natureza–cultura.¹¹ Wilkinson¹² enfatiza a importância dos grupos focais de mulheres como oportunidade para entender as pessoas inseridas no contexto social percebido de modo naturalístico ou como produção discursiva. A noção de processo grupal situa o grupo como uma experiência histórica construída em um determinado espaço e tempo, expressa pelas relações cotidianas e atravessada pelas contradições oriundas da

¹¹ Verbena PEREIRA, 2004.

¹² Sue WILKINSON, 1998.

¹³ Sueli MARTINS, 2003.

sociedade.¹³ Os grupos são capazes de estimular o poder (empoderamento) e a reciprocidade entre seus membros e fomentar a participação social e política. Porém, pouco se tem escrito sobre suas limitações como fonte de informações em pesquisa, incluindo a falta de controle do pesquisador sobre as interações entre os participantes dos grupos. Grupos para contar histórias buscam a apropriação dos signos lingüísticos, essenciais não apenas para a comunicação e informação, mas principalmente para que as pessoas possam situar-se como sujeitos do discurso. Esses grupos incitam o desejo de falar de si mesmo, de construir a própria história e de participar na comunidade.¹⁴

¹⁴ Maria Regina SALOTTI e Sonia FRANÇA, 2005.

¹⁵ Paul RICOEUR, 1994.

Nesta pesquisa, operamos com a ferramenta “contar histórias”, procurando saber se as narrativas afetam mulheres em situação de violência. Ricoeur¹⁵ diz que contando histórias nos damos uma identidade, à medida que nos reconhecemos nas histórias que contamos. Além disso, as violências e as injustiças precisam ser narradas a interlocutores que se sensibilizem com o relato, ou seja, não basta apenas contar e ser ouvido/a; é preciso que o ouvinte partilhe o sofrimento e a dor vivida pelo/a narrador/a. Dessa maneira, as histórias produzem transformações, à medida que estimulam os sujeitos a pensar em outros sentidos e significados para a experiência passada, a partir do ponto de vista do presente. Histórias oferecem alternativas de enfrentamento às violências, por meio da resignificação dessas violências. As narrativas têm sido amplamente utilizadas na construção de relatos autobiográficos por pessoas que tiveram as linhas argumentativas de suas vidas rompidas por traumas de guerra, abusos sexuais ou doenças graves e que puderam reconstituir suas vidas através das narrações.¹⁶

¹⁶ Teresa CABRUJA, Lupicínio ÍÑIGUEZ e Félix VÁSQUEZ, 2000; e Ana GARAY, Lupicínio ÍÑIGUEZ e Luz MARTINEZ, 2003.

¹⁷ BOURDIEU, 2002.

As narrativas podem contribuir para empoderar as pessoas, ajudando-as a refletir sobre situações de opressão/ dominação invisíveis, já que a força simbólica se exerce sobre os corpos diretamente e, como que por magia, sem coerção física.¹⁷ O empoderamento significa um desafio para as relações de poder existentes; representa a expansão da liberdade de escolha e de atuação e o aumento da capacidade de agir dos sujeitos sobre os recursos e decisões que afetam suas vidas. É um processo que pode ajudar na superação da desigualdade de gênero, sempre que as mulheres reconhecerem a ideologia sexista e entenderem que essa ideologia perpetua a discriminação em relação a elas.¹⁸ Resistência é a capacidade que os grupos oprimidos ou as minorias descobrem de operar com a visão dual e que lhes permite transitar entre os valores da cultura dominante e os da sua própria cultura, apesar dos mecanismos de mistificação e

¹⁸ Magdalena LEON, 2000; Eymar VASCONCELOS, 2000; Uner KIRDAR e Leonard SILO, 2004; Sérgio CARVALHO, 2004; e Benno KEIZJER, 2005.

¹⁹ Patrícia GROSSI e Beatriz AGUINSKI, 2001.

²⁰ LOURO, 1997, p. 33.

confusão.¹⁹ Dessa maneira, os grupos dominados são, muitas vezes, “capazes de fazer dos espaços e das instâncias de opressão, lugares de resistência e de exercício de poder”.²⁰ Resistência e empoderamento são modos de enfrentar os sistemas de dominação/exploração baseados em gênero, raça e classe social.

O objetivo principal desta pesquisa foi o de organizar oficinas de contar histórias para um grupo de mulheres negras em situação de violência de gênero, lançando mão das histórias do feminino, especificamente as histórias africanas.

Construindo um método

Este estudo é uma pesquisa intervenção, um tipo de pesquisa voltada para a resolução de problemas no mundo real, em que os participantes e pesquisadores estão envolvidos de modo cooperativo e participativo.²¹ A intervenção foi construída por meio de oficinas de histórias em um grupo de mulheres negras em situação de violência de gênero. Oficinas são práticas de intervenção psicossocial, focalizadas em torno de uma questão central e em um contexto social.²² Constituem dispositivos de trabalho coletivos determinados pelas práticas histórico-sociais e utilizados para estimular a autonomia dos participantes através da dialogicidade e da reinvenção do cotidiano,²³ sendo definidas pela proposta de aprendizagem compartilhada pelo grupo, com o objetivo de construir coletivamente o conhecimento.²⁴

As oficinas de contadores de histórias que inventamos nesta pesquisa fundamentaram-se na técnica de narrativa oral: histórias de vida e histórias da cultura negra.²⁵ As oficinas foram organizadas entremeando-se as histórias dos participantes com as histórias selecionadas pelos pesquisadores para serem contadas às mulheres. O grupo foi o campo da intervenção e o espaço para as narrativas das mulheres, a partir de suas experiências e vivências, grupo entendido como dispositivo capaz de agenciar o desejo e estimular a construção de novos territórios existenciais de referência²⁶ em que o respeito por si e pelo outro, a solidariedade, a criatividade e a consciência têm lugar.

Esta pesquisa, que faz parte de um projeto denominado “Histórias de resistência de Mulheres”, desenvolvido na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), foi aprovada pelo Comitê de Ética/UNISINOS e realizada por uma equipe interdisciplinar de pesquisadores pertencentes aos campos da saúde coletiva, psicologia e comunicação.

²¹ André MORIN, 2004.

²² Lúcia AFONSO, 2002.

²³ Cristina RAUTER, 2000.

²⁴ Leila JEOLÁS e Rosângela FERRARI, 2003.

²⁵ Walter BENJAMIN, 1980; Howard BECKER, 1993; Jose Miguel MARINAS e Cristina SANTAMARINA, 1999; e Martin BAUER e George GASKEL, 2002.

²⁶ Félix GUATTARI, 1992; e Regina Benevides BARROS, 1994 e 1997.

A intervenção ocorreu na sede de uma organização não-governamental chamada Maria Mulher, situada em uma vila popular do município de Porto Alegre onde vive um número expressivo de afrodescendentes. A ONG milita pela defesa dos direitos humanos das populações marginalizadas e excluídas. Os sujeitos da pesquisa foram mulheres em situação de violência de gênero perpetrada pelo companheiro e que buscaram a ONG durante o mês de abril de 2003 demandando algum tipo de auxílio. Elas foram convidadas a participar de uma oficina desenvolvida em cinco encontros semanais, que é disponibilizada mensalmente às mulheres na ONG, coordenada por uma psicóloga ligada à instituição. Porém, a oficina a que nos reportamos construiu-se em moldes diferentes das anteriores e fazia parte de uma pesquisa, aspectos que foram explicitados às mulheres. A proposta que apresentamos a elas pautava-se na narrativa oral: histórias de vida das mulheres e histórias das *orixás*. Escolhemos as histórias das *orixás* porque os sujeitos da pesquisa eram mulheres negras e queríamos disponibilizar a elas elementos de resistência oriundos de sua própria cultura.²⁷ Os *orixás* na mitologia negra são representados como portadores e agenciadores de subjetivações e, assim como os deuses e deusas gregas nos quais nos inspiramos em uma experiência anterior,²⁸ apresentam atitudes e sentimentos humanos. É justamente o forte conteúdo psicológico dos mitos africanos que os tornam compatíveis com o trabalho das oficinas. Além disso, nas fontes da cultura popular como nos mitos africanos aparece a duplicidade, o código ambíguo, o dizer e o não-dizer, o sincretismo, a linguagem metafórica. O mito permite operar com a visão dual, na qual nada é desacreditado ou rejeitado e os elementos escondidos ou considerados vergonhosos podem se tornar a fonte de resistência e criatividade.²⁹

As histórias das *orixás* foram contadas e recontadas pelas mulheres e pelas pesquisadoras no transcurso das oficinas, em vários momentos e de várias maneiras, explorando as diferentes versões da narrativa mítica. Com duração média de três horas e meia a quatro horas, as oficinas tiveram como temas propostos as histórias de vida, as narrativas das *orixás* e as formas de resistir às violências. No que tange ao modo de fazer, trabalhamos com a arte – máscaras, pintura, dramatização –, entendida como ferramenta para a invenção de outros modos de levar a vida. Desejávamos, como Rauter, “que nas oficinas a arte pudesse funcionar como catalizador da construção de territórios existenciais, ou de mundos nos quais os usuários conquistassem seu cotidiano”.³⁰

²⁷ Geoffrey PARRINDER, 1986; Eneida LEAL, 1988; e Rita AMARAL, 2003.

²⁸ MENEGHEL, 1999

²⁹ Michel CERTEAU, 2004; GROSSI e AGUINSKI, 2001; Victor VALLA, 2001; e José Jorge CARVALHO, 2005.

³⁰ RAUTER, 2000, p. 271.

³¹ Maria Cecília MINAYO, 1992 e 1999; e Ceres VICTORA, Daniela KNAUTH e Maria Nazareth HASSEN, 2000.

³² GUATTARI, 1992; e Suely ROLNIK, 1989.

A análise das oficinas foi um processo em que nos fundamentamos em pesquisadores que trabalham em saúde na sua dimensão qualitativa³¹ e compreendeu as etapas de constituição de um *corpus* do material de pesquisa, leitura flutuante das falas, identificação dos temas principais, reflexão e discussão dos resultados à luz das teorias de gênero e dos conceitos de empoderamento e resistência. Todos os elementos que envolveram as oficinas foram valorizados: a interação entre as mulheres, a adesão ao grupo, a produção artística, a linguagem corporal, a encenação das *orixás*, a busca de outros sentidos para as histórias de vida, a cessação da situação de violência e o incremento das relações sociais fora das oficinas.

Para entender o processo vivido pelas mulheres utilizando as ferramentas das narrativas – da arte e do ritual – também buscamos inspiração no método cartográfico desenvolvido por Guattari e Rolnik.³² Para esses autores, o método cartográfico coexiste com o processo de subjetivação, tornando possível uma reapropriação, uma autopoiese dos meios de produção de subjetividade, ou seja, tenta-se apreender a subjetividade em sua dimensão de criatividade, na qual pesquisador e pesquisado formam uma unidade a partir do desejo e da implicação e na qual o pesquisador deixa-se invadir pelas intensidades e pelos afetos que essas paisagens lhe provocam. O cartógrafo/pesquisador incorpora todos os elementos que possam interessar na composição da cartografia, tendo como referência o paradigma ético-estético, que aponta a arte como um dispositivo potente de transformação e criação.

Somos todas lãsã – a experiência das oficinas...

O grupo participante das oficinas compunha-se inicialmente de dez mulheres, oito das quais permaneceram durante todo o trajeto da oficina. Cinco das oito mulheres que permaneceram no grupo eram negras, com idades variando de 18 a 50 anos. Casadas, viúvas ou sem companheiro, duas estavam grávidas, três eram soropositivos. Elas iniciaram a vida conjugal na adolescência e enfrentavam dificuldades na relação com os parceiros. Uma delas estava com o marido na prisão; em todas as famílias havia experiência com desemprego (dos maridos, delas e dos filhos). Trabalhavam em empregos precários, temporários e de baixa qualificação: faxineiras, empregadas domésticas; uma delas artesã. Três mulheres viviam às expensas de parentes. A maior parte delas possuía mais de quatro filhos; alguns de pais diferentes. Duas delas eram pentecostais e todas referiram experiência com religião africana.

O relato das vulnerabilidades apareceu já nos primeiros enunciados marcados pelas desigualdades: soropositividade; situação econômica abaixo da linha da pobreza e precarização do trabalho; famílias dizimadas pelas mortes de adolescentes; criminalidade – os homens no presídio e os jovens na Fundação de Amparo Socioeducativo (FASE).

Buscaremos entender o processo experienciado nas oficinas a partir dos movimentos de resistência e empoderamento relatados e vividos pelas mulheres.

O primeiro passo para uma mulher sair da situação de violência é dar-se conta dessa violência, que muitas vezes é negada e naturalizada pelos mecanismos ideológicos da sociedade patriarcal. No grupo com o qual trabalhamos, esse primeiro passo já havia sido dado, porque todas elas haviam procurado a ONG, declarado a situação de violência e enunciado um pedido de ajuda. Além disso, o rompimento com a violência passa pela decisão das mulheres de se apropriarem de suas vidas, e para tomar essa decisão elas precisam sentir-se capazes.³³ Habitadas a terem suas queixas invisibilizadas e minimizadas pelos parentes, amigos e serviços que as atendem, essas mulheres chegam aos locais de atendimento extremamente fragilizadas, impotentes e desesperançadas, e o principal meio de expressar esses sentimentos é a queixa, que, segundo alguns autores,³⁴ cumpre a função de confirmar e reproduzir um lugar de dependência. Ao se apresentarem na oficina, elas se definiram como *aquelas que não sabem* e disseram aceitar qualquer proposta que elaborássemos para elas. A partir desses enunciados, procuramos problematizar a ideologia que rotula as mulheres em situação de violência como passivas, fracas, submissas e impotentes e propusemos a elas a confecção de máscaras. A mediação no concreto que a máscara implicou abria a possibilidade para explorar outras *personas*, outras identidades, outras saídas. Acreditávamos que o acolhimento grupal poderia ajudar no enfrentamento às violências, propiciar o emergir de novas resistências sem deixar de lado as estratégias já conhecidas e usadas para enfrentar as violências.

As máscaras permitiram explorar episódios da história pessoal e nelas as mulheres simbolizaram as violências sofridas e as marcas dessas violências: ferimentos, lágrimas e cicatrizes. A plasticidade da arte permite criar outros territórios, plasmados concretamente na sobreposição de pinturas, alternando desenhos de feridas, suturas dos ferimentos e, em último lugar, ornamentos e maquiagem. Esse processo não foi uniforme no grupo e não ocorreu com todas as participantes, na medida em que algumas

³³ Montserrat SAGOT, 2000.

³⁴ Alicia FERNÁNDEZ, 1992; e Stela MENEGHEL, Márcia CAMARGO e Lúcia FASOLO, 2000.

confeccionaram as máscaras e não voltaram para buscá-las, enquanto outras confeccionaram máscaras para todos os membros da família. Essa exploração implicou novos modos de produção de subjetividade por meio da arte, na medida em que, *nesse fazer e pensar, o sujeito também se faz*.³⁵

³⁵ Cláudia GOZZER, 2003.

Ao problematizar no grupo os meios disponíveis para enfrentar as violências, constatamos que medidas preconizadas como importantes no enfrentamento à violência contra a mulher, como as denúncias à autoridade policial, mostraram-se ineficazes para fazer cessar ou mesmo diminuir as violências entre parceiros, já que no local onde moram as mulheres que realizam algum tipo de denúncia policial sofrem retaliações por parte de organizações ligadas ao narcotráfico.³⁶

³⁶ Eva BLAY, 2004; e Silvia RAMÃO, Stela MENEGHEL e Carmen OLIVEIRA, 2004.

Fazendo máscaras, iniciamos a outra face da intervenção – as narrativas das histórias das *orixás*. Porém, a primeira história a ser contada foi a de Amina – a mulher nigeriana condenada a ser apedrejada. Ao se indagarem sobre a situação de Amina, elas se deram conta da similaridade com o cotidiano delas, com o assassinato de mulheres pelos companheiros, ocorrência comum no local onde vivem, e a situação de impunidade diante desses crimes.

As histórias das *orixás* foram contadas para questionar a construção social de gênero e para valorizar a cultura negra, nos aspectos da memória individual – na história de vida de cada mulher há violências que foram comparadas com as violências sofridas pelas *orixás* – e da memória coletiva – as histórias das *orixás* fazem parte do repertório mítico da população negra. Ao perceberem que, dentro da sociedade patriarcal, as mesmas violências atingem todas as figuras femininas, quer sejam mortais, quer sejam divindades, as mulheres no grupo questionaram os valores do patriarcado, recuperaram a voz e, pela primeira vez, declararam-se capazes de enfrentar as violências. O grupo de mulheres tornou-se político, na medida em que propiciou um espaço de reflexão e ação. Perceber o grupo como espaço político significa assumir que as mulheres em situação de violência produzem os seus enunciados a partir de um lugar social e que elas têm o poder de ressignificar esses lugares, “já que somos produtores ativos de nossas próprias histórias”.³⁷

³⁷ Andréia ZANELLA, Clarissa LESSA e Silvia DA ROS, 2002, p. 213.

No processo de contar as histórias das *orixás*, assumimos a opção metodológica de construir a narrativa coletivamente, a partir das contribuições conjuntas entre pesquisadoras e pesquisadas, investindo na intervenção como compromisso com a mudança social e com o empoderamento, “sem esconder a vontade de se

³⁸ Sofia NEVES e Conceição NOGUEIRA, 2003, p. 50.

arriscar".³⁸ Dessa maneira, palavra por palavra, a história das *orixás* foi sendo re-contada como uma construção coletiva, como arte, como troca, sem dúvida, como uma metáfora:

E tem outra história que conta da *lansã*, que ela vai pra guerra também. Ela é guerreira, ela domina... Mas tem uma parte que contam, que ela, que no caso ela seria chefe... Ela tem um exército... Ela tem o próprio exército... Isso: ela tem o próprio exército. Sozinha, né. Ela que comanda o próprio exército. Isto é porque muitas mulheres, porque muitas mulheres comandam o marido, a casa e os filhos.

As mulheres se defrontaram com os mecanismos de submissão utilizados pelo patriarcado para infantilizá-las e gerar vergonha, humilhação e culpa. Perceberam que para romper com as violências precisam desnaturalizar essas violências, afastando a culpa, sentimento propício para a manutenção dos abusos. Concluíram que as marcas deixadas pelas violências não desqualificam; por outro lado, podem até significar força e poder.

Outra vez operando com a arte como mediador, inventamos uma encenação na qual as mulheres escolheram uma *orixá* e se caracterizaram como ela. Enroladas em panos tribais, com turbantes cuja técnica se perde no tempo, nos rostos véus e colares, elas se disseram *orixás*:

lansã. Eu me identifico com lansã. Dizem que sou dela. Eu me identifico com ela, por ser apaixonada e não ficá com ninguém. [...] A gente tem coisas parecidas com elas quando a gente ama, que a gente é ciumenta, que a gente tem filho, que a gente tem algum poder, mesmo a gente não usando ou não sabendo, a gente tem algum poder. Então é tudo bem parecido: nós com elas.

Ressaltamos a importância da narrativa mítica, já que o mito traz uma dimensão dinâmica que não se restringe à lógica formal. O mito nos coloca em um campo polissêmico onde as multiplicidades, as confrontações, os antagonismos, as dimensões do tempo e do espaço não se contradizem,³⁹ tornando possível que uma mulher, mesmo no contexto da violência, possa perceber nela mesma elementos de força e de vitalidade. As histórias, assim como os mitos, as parábolas e os contos populares, contribuem para o agenciamento de mudanças porque na linguagem simbólica aparecem estratégias de resistência (saídas, linhas de fuga, *insights*) que podem ser usados pelas pessoas no seu cotidiano. A narrativa das violências e a encenação das mesmas possibilitaram às mulheres algo

³⁹ Yvette Pilna LEHMAN, 2001.

⁴⁰ Mirian RABELO e Paulo ALVES, 2000; Victor VALLA, 2001.

muito mais complexo do que a mera interpretação dos fatos; implicou abrir um caminho para romper com situações de violência e procurar outras saídas. Rabelo e Alves, e Valla⁴⁰ relatam experiências semelhantes no contexto de doenças e terapias religiosas, em que esse tipo de experiência oferece um sentido diante da incerteza na vida, fortalecendo e revitalizando o indivíduo na busca de soluções para seus problemas.

Algumas das mulheres conseguiram fazer cessar a violência e conflitos familiares de longa duração e começaram a esboçar um movimento de busca de outras possibilidades. A postura delas no grupo modificou-se: dos enunciados iniciais, em que diziam aceitar qualquer coisa, elas passaram a se colocar em posição de igualdade, questionando a equipe da pesquisa e mantendo-se firmes em seus pontos de vista. No final do trabalho, elas se mostravam mais alegres e, enunciando planos e metas para o futuro, todas continuaram participando de outros grupos e cursos dentro da ONG. Além disso, passaram a se mostrar mais solidárias entre si e incrementar as relações de vizinhança.

⁴¹ SAGOT, 2000, p. 117.

No trabalho sobre a Rota Crítica,⁴¹ trajeto percorrido por mulheres em situação de violência em dez países das Américas, foi observado que os ganhos mais valorizados pelas entrevistadas não se referiam a mudanças na situação de violência, nem com avanços legais ou conquistas materiais, mas sim com resultados subjetivos. O crescimento pessoal e o fortalecimento próprio foram considerados os elementos mais valiosos de todo o processo: perder o medo, sentir segurança e tranquilidade, começar/voltar a estudar ou trabalhar, refazer as relações com os filhos, resgatar a sexualidade e sentirem-se fortes para tomar decisões que antes as atemorizavam. Os resultados subjetivos foram tão valorizados pelas entrevistadas que o fato de poder falar, de serem acreditadas, valorizadas e tratadas com afeto, representa por si só um bem-estar que é visto como positivo, mesmo quando a instituição não prestou nenhuma outra ajuda.

No transcurso da intervenção ficou claro para a equipe da pesquisa que a escolha dos mitos africanos, que representam um repertório das estratégias de resistência da população negra, foi o dispositivo que acenou com outras saídas para as mulheres, saídas que podem começar com relacionamentos de solidariedade, promovendo valores de cooperação, conexão, afeto e o compartilhamento de poder, em vez de competitividade, individualismo e autoritarismo. Ao estimular as mulheres para que contassem as suas histórias, buscávamos resgatar a memória para os múltiplos encontros que se realizam nas

⁴² Denise MAIRESSE, 2003.

histórias, fazendo com que o dizer, o contar, seja uma arte do fazer, do produzir e do transformar a realidade,⁴² ou seja, acreditávamos que as narrativas poderiam contribuir para reviver experiências, mesmo que dramáticas, e poder retomá-las ou ressignificá-las, compartilhar acidentes de percurso, condoer-se com os acontecimentos das vidas alheias e permitir a construção de relações baseadas na confiança e na solidariedade.

⁴³ SAGOT, 2000.

A experiência de contar histórias das *orixás* mostrou-se capaz de fortalecer algumas das mulheres que participaram das oficinas. Evidentemente que não se pode creditar esse fortalecimento apenas às narrativas, mas, como no relato de Sagot,⁴³ o fato de acolher e ouvir as mulheres já representa melhora e bem-estar. De qualquer forma, as histórias são dispositivos capazes de visibilizar fenômenos invisíveis como a violência. Ao dar voz aos silenciados da história, entre os quais as mulheres, e ao descrever a pluralidade de suas vivências, é possível ressignificar a experiência de vitimização e vulnerabilidade.⁴⁴ Histórias constituem negociações de poder. Percebemos que por meio delas foi possível mobilizar poder para enfrentar as violências, do mesmo modo que,

⁴⁴ Robyne GARRET, 1999.

⁴⁵ GUATTARI, 1992.

como nos diz Guattari,⁴⁵ nas sociedades tradicionais, onde, a partir de ritmos, de cantos, de danças, de máscaras, de marcas no corpo, no solo, nos totens por ocasião dos rituais e através de referências míticas, circunscrevem-se outros territórios existenciais coletivos.

Considerações finais – Iansãs do mundo...

⁴⁶ José Ricardo AYRES, 2005.

Construir estratégias para enfrentamento das violências tem sido uma tarefa de extrema complexidade. Pensadores de diferentes campos disciplinares têm constatado que não basta mudar as condições objetivas se não houver mudança nos micropoderes e nas subjetividades. Ayres,⁴⁶ ao propor a reconstrução das práticas de saúde, afirma a necessidade urgente das intervenções coletivas enriquecidas com constructos advindos de outros saberes e interações dialógicas, utilizando outras linguagens, como a expressão artística, o trabalho com linguagens corporais e mesmo racionalidades terapêuticas alternativas. No trabalho com mulheres em situação de violência, enveredamos pelo caminho das oficinas, do trabalho quase que artesanal, utilizando a arte como mediador, bem como as narrativas, compreendendo as histórias de vida das mulheres e as histórias dos mitos africanos.

Atuamos com algumas restrições ao trabalhar com as *orixás*, na medida em que penetramos em um universo

simbólico que poderíamos não ser capazes de manejar. Enfrentamos esse obstáculo perguntando a elas como se sentiam trabalhando com as figuras míticas na sua conotação cultural, sem termos a pretensão de trabalhar com a simbologia religiosa. Também havia o desejo de buscar alternativas de atenção para mulheres em situação de violência fora do modelo clássico biomédico que norteia a maior parte das intervenções em saúde.

Um aspecto difícil de ser avaliado diz respeito ao tipo de história a ser escolhida para oficinas de contadores de histórias. É possível que as histórias das *orixás* tenham sensibilizado as mulheres com as quais trabalhamos pelo fato de se tratar de um grupo de mulheres negras e em uma época de valorização da cultura africana. A seleção da história a ser contada nesse tipo de oficina é crucial. A escolha das deusas negras não apenas significou a possibilidade de resgate da memória da cultura africana e do fortalecimento da identidade das mulheres negras, mas também traduziu o respeito e o cuidado com que a equipe de pesquisa selecionou o passaporte para entrada no local.

Evidentemente que nas cinco oficinas que construímos apenas iniciou-se um processo grupal que se sabe longo, complexo, sujeito a idas e vindas e muitas vezes sem possibilidades de mudança. O fato de uma das pesquisadoras trabalhar na ONG abriu a possibilidade para acompanhamento e escuta destas mulheres após a pesquisa, assim como a oferta de atenção individual ou familiar. Mas, sem dúvida, essa intervenção mostrou-se capaz de empoderar algumas das mulheres que fizeram parte da pesquisa e a própria equipe de pesquisadores. A ferramenta das narrativas foi utilizada em várias dimensões: como escuta para as histórias de vida das mulheres, como o contar histórias das *orixás*, e em último lugar como possibilidade sempre presente de re-fazer a própria história de vida, contando e recontando inúmeras, múltiplas vezes, como nos ensina Benjamin, mostrando-nos o poder do narrador, aquele que entra na categoria dos professores e dos sábios, "cujo talento consiste em saber narrar a vida, e cuja dignidade está em narrá-la inteira".⁴⁷

⁴⁷ BENJAMIN, 1980, p. 74.

Referências bibliográficas

- AFONSO, Lúcia. *Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2002.
- AMARAL, Rita. *Mitos dos orixás do candomblé paulista*. Disponível em: www.geocities.com/Athens/Academy/9503. Acesso em: abr. 2003.
- ANJOS, José Carlos dos. "Etnia, raça e saúde sob uma perspectiva nominalista". In: MONTEIRO, Simone; SANSONE, Lívio (Orgs.). *Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. p. 97-120.
- AYRES, José Ricardo Mesquita. "Cuidado e reconstrução das práticas de saúde". In: MINAYO, Maria Cecília; COIMBRA JÚNIOR, Carlos (Orgs.). *Críticas e atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005. p. 91-106.
- BARROS, Regina Benevides. "Grupo e produção". In: BAREMBLITT, Gregório (Org.). *Grupos e coletivos*. São Paulo: HUCITEC, 1994. (SaúdeLoucura, v. 4. p. 145-154).
- _____. "Dispositivos em ação: o grupo". In: SILVA, André do Eirado (Org.). *Subjetividade: questões contemporâneas*. São Paulo: HUCITEC, 1997. (SaúdeLoucura, v. 6. p. 183-191).
- BAUER, Martin; GASKEL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- BECKER, Howard. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- BENJAMIN, Walter. "O narrador". In: ADORNO, Theodor; BENJAMIN, Walter; HABERMAS, Jürgen. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 55-74.
- BENTO, Maria Aparecida; CARONE, Ilay. *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BLAY, Eva A. "Políticas públicas para superar obstáculos à equidade de gênero". In: CARVALHO, Marie Jane (Org.). *Produzindo gênero*. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 29-33.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002.
- CABRUJA, Teresa; IÑIGUEZ, Lupicínio; VÁSQUEZ, Félix. "Cómo construimos el mundo: relativismo, espacios de relación y narratividad". *Análise*, n. 25, p. 61-94, 2000.
- CARNEIRO, Sueli. "Mulheres negras, violência e pobreza". In: SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *Programas de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher. Diálogos sobre a violência doméstica e de gênero: construindo políticas para as mulheres*. Brasília, 2003. p. 11-19.
- CARVALHO, José Jorge. *A mística afro-brasileira*. Entrevista IHU on line, ano 5, n. 133, p. 23-25, mar. 2005. Disponível em: www.ihu.unisinos.br.
- CARVALHO, Sérgio Rezende. "Os múltiplos sentidos da categoria 'empowerment' no projeto de Promoção à Saúde". *Cadernos de Saúde Pública*, v. 20, n. 4, p. 1088-1095, 2004.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- CHAGAS, Conceição Corrêa Dias. *Negro: uma identidade em construção*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CLADEN – Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher. *Questão de vida: balanço regional e desafios sobre os direitos das mulheres a uma vida livre de violência*. Lima: CLADEN, 2000.
- COULORIS, Daniella Georges. "Gênero e discurso jurídico: possibilidades para uma análise sociológica". In: CARVALHO, Marie Jane (Org.). *Produzindo gênero*. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 61-83.

- D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; SCHRAIBER, Lilia Blima. "Violência de gênero como uma questão de saúde: a importância da formação de profissionais". *Jornal da RedeSaúde*, v. 19, p. 3-4, 1999.
- FERNÁNDEZ, Alicia. *A queixa no processo de aprendizagem*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação, 1992. (Paixão de aprender, n. 4).
- GARAY, Ana; IÑIGUEZ, Lupicinio; MARTINEZ, Luz. "La perspectiva discursiva en psicología social". Artículo enviado a la revista *Subjetividad y Procesos Cognitivos*. Disponível em: antalya.uab.es/liñiguez/materiales/perspectiva%20discursiva.pdf. Acesso em: maio 2005.
- GARRETT, Robyne. *Feminist Research Dilemmas in how Young Women Move*. 1999. Disponível em: www.aare.edu.au/99pap/gar99199.htm. Acesso em: ago. 2005.
- GOZZER, Cláudia. "Tempos empilhados e espacializados: questões sobre a subjetivação no proceso criativo de trabalhos plásticos". In: FONSECA, Tânia M. G.; KIRST, Patrícia G. (Orgs.). *Cartografias e devires: a construção do presente*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. p. 219-240.
- GROSSI, Patrícia; AGUINSKI, Beatriz. "Por uma nova ótica e uma nova ética na abordagem da violência contra mulheres nas relações conjugais". In: GROSSI, Patrícia; WERBA, Graziela (Orgs.). *Violências e gênero: coisas que a gente não gostaria de esquecer*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 19-45.
- GUATARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Ed. 34, 1992.
- HEISE, Lori. "Gender-Based Abuse: The Global Epidemic." *Cadernos de Saúde Pública*, v. 10 (supl. 1), p. 135-145, 1994.
- JEOLÁS, Leila; FERRARI, Rosângela. "Oficinas de prevenção em um serviço de saúde para adolescentes: espaço de reflexão e de conhecimento compartilhado". *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 8, n. 2, p. 611-620, 2003.
- KEIJZER, Benno. "Los discursos de la educación y participación en salud: de la evangelización sanitaria al empoderamiento". In: MINAYO, Maria Cecília; COIMBRA JÚNIOR, Carlos (Orgs.). *Críticas e atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005. p. 441-460.
- KIRDAR, Uner; SILO, Leonard. *El gran desafío de nuestro tiempo es llevar la gente desde el empobrecimiento al empoderamiento*. Disponível em: www.paho.org/generoysalud. Acesso em: mar. 2004.
- LEAL, Eneida. *Os orixás no Brasil*. Brasília: Spala Editora, 1988.
- LEHMAN, Yvette Pilna. "A contemporaneidade e seus mitos: modos de subjetivação atuais". In: COMIOTO, Ângela (Org.). *Compromisso social da psicologia*. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, 2001. p. 211-234.
- LEON, Magdalena. "Empoderamiento: relaciones de las mujeres con el poder". *Revista Estudios Feministas*, v. 8, n. 2, p. 191-205, 2000.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 5. ed. São Paulo: Vozes, 1997.
- MAIRESSE, Denise. "Cartografia: do método à arte de fazer pesquisa". In: FONSECA Tânia M. G.; KIRST, Patrícia G. (Orgs.). *Cartografias e devires: a construção do presente*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. p. 259-272.
- MARINAS, Jose Miguel; SANTAMARINA, Cristina. *La Historia oral: métodos y experiencias*. Mistral: Madrid, 1999.
- MARTINS, Sueli. "Processo grupal e a questão do poder em Martin-Baró". *Psicologia & Sociedade*, v. 15, n. 1, p. 201-217, 2003.
- MENEGHEL, Stela N. *Oficina de máscaras*. Canoas, 1999. Oficina do curso de extensão "O lúdico na pesquisa", promovido pelo PPG Saúde Coletiva da ULBRA.

- MENEGHEL, Stela N.; CAMARGO, Márcia; FASOLO, Lúcia. "Mulheres cuidando de mulheres: um estudo da Casa de Apoio Viva Maria". *Cadernos de Saúde Pública*, v. 16, n. 2, p. 109-118, 2000.
- MINAYO, Maria Cecília. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Rio de Janeiro: HUCITEC, 1992.
- _____. *Pesquisa social em saúde*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MONTEIRO, Simone. "Desigualdades em saúde, raça e etnicidade: questões e desafios". In: MONTEIRO, Simone; SANSONE, Lívio (Orgs.). *Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. p. 45-57.
- MORIN, André. *Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropopedagogia renovada*. Rio de Janeiro: D,P&A, 2004.
- NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. "A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re)construção dos espaços terapêuticos". *Psicologia & Sociedade*, v. 15, n. 2, p. 43-64, 2003.
- OMS – Organização Mundial da Saúde. *Violência contra a mulher e saúde no Brasil*. São Paulo: OMS/USP, 2003.
- PARRINDER, Geoffrey. *África*. Lisboa: Verbo, 1986.
- PEREIRA, Verbena L. "Gênero: dilemas de um conceito". In: STREY, Marlene (Org.). *Gênero e cultura: questões contemporâneas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p.173-198.
- RABELO, Mirian; ALVES, Paulo C. "Experiencias de aflicción y tratamiento en el ambito religioso". In: BRICEÑO-LEON, Roberto (Org.). *Salud y equidad: una mirada desde las ciencias sociales*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000. p. 189-210.
- RAMÃO, Sílvia; MENEGHEL, Stela N.; OLIVEIRA, Carmen. "Nos caminhos de Iansã: cartografando a subjetividade de mulheres em situação de violência". *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 17-28, 2005.
- RAUTER, Cristina. "Oficinas para quê?" In: AMARANTE, Paulo (Org.). *Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000. p. 267-278.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papyrus, 1994. Tomo I.
- ROLNIK, Suely. *Transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Ed. Estação Liberdade, 1989.
- SAGOT, Montserrat. *La ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina: estudio de caso en diez países*. OPS/OMS, 2000.
- SALOTTI, Maria Regina; FRANÇA, Sonia. *Contribuições da psicologia às instituições de cuidados aos indivíduos*. Disponível em: www.proex.reitoria.unesp.br/congressos/1_Congresso/Saude_e_Qualidade.... Acesso em: ago. 2005.
- SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.
- SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. Programas de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher. *Diálogos sobre a violência doméstica e de gênero: construindo políticas para as mulheres*. Brasília, 2003.
- VALLA, Victor V. "Globalização e saúde no Brasil: a busca de sobrevivência pelas classes populares via questão religiosa". In: VASCONCELOS, Eymar M. (Org.). *A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede Educação Popular e Saúde*. São Paulo: HUCITEC, 2001. p. 39-62.
- VASCONCELOS, Eymar M. "Reinvenção da cidadania: empowerment no campo da saúde mental". In: AMARANTE, Paulo (Org.). *Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000. p. 169-194.

- VICTORA, Ceres; KNAUTH, Daniela; HASSEN, Maria Nazareth. *Pesquisa qualitativa em saúde*. Porto Alegre: Tomo Ed., 2000.
- WILKINSON, Sue. "Focus Groups in Feminist Research: Power, Interaction and the Co-construction of Meaning." *Women's Studies International Forum*, v. 21, n. 1, 1998, p. 11-125.
- ZANELLA, Andréia; LESSA, Clarissa; DA ROS, Sílvia. "Contextos grupais e sujeitos em relação: contribuições às reflexões sobre grupos sociais". *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 15, n. 1, p. 211-218, 2002.

[Recebido em janeiro de 2005 e
aceito para publicação em setembro de 2005]

Resistance Stories of African-Brazilian Women

Abstract: *This study consists of an intervention using narrative workshops as a device to stimulate the empowerment of women. Ten women, victims of gender violence, took part in a workshop developed by non-governmental organization for African-Brazilian women Maria Mulher, which gives assistance to women living in Vila Cruzeiro do Sul, in the city of Porto Alegre. The main objective of the research was to debate questions related to gender and violence, making use of stories and histories related to the feminine, specifically African-Brazilian stories. Five meetings were held, where the women told and were told stories, took part in group discussions, experiences and rituals. The workshops gave those women a space where they could tell and hear stories, take part in the rituals of the orixás [African-Brazilian deities] of the black culture and tell their personal histories using those experiences. This intervention was an attempt at invoking different subjective experiences, and made it possible to empower the women who took part in the research, contributing for the rescue of the individual and collective memory of this group.*

Key Words: *gender violence, narratives, empowerment.*